



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

4ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2025

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

[Mandato 2025-2027]

Brasília - DF, 9 e 10 de dezembro de 2025

I. Abertura

1. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realizou a 4ª Reunião Plenária Ordinária de 2025, nos dias 09 e 10 de dezembro de 2025, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, Brasília - DF. A abertura da reunião e coordenação dos trabalhos foi feita pela Presidenta do Consea, Elisabetta Recine.
2. Participaram da 4ª Reunião Plenária Ordinária de 2025 representantes de: 39 (trinte e nove) Organizações da Sociedade Civil componentes do Consea; 10 (dez) Ministérios componentes do Consea; 12 (doze) Presidentes de Conseas Estaduais; e 06 (seis) organizações da Sociedade Civil que são membros observadores do Consea; e, 78 (setenta e oito) participantes integrantes de instituições governamentais e da sociedade civil que têm relação com a agenda de segurança alimentar e nutricional, mas que não são conselheiros titulares ou suplentes, totalizando 145 participantes. Registra-se que as listas de presença, por categoria, estão arquivadas na Secretaria-Executiva do Consea (SE Consea).
3. Essa Ata contém os seguintes Anexos: A - Pauta aprovada para a 4ª reunião Plenária Ordinária do mandato 2025-2027; Anexo B - Notas de Repúdio da sociedade civil do Consea; Anexo C – Calendário Consea 2026.
4. A Secretaria-Executiva do Consea confirmou a existência de quórum regimental na Plenária.
5. A Presidenta do Consea, Elisabetta Recine, no dia 09 de dezembro, abriu os trabalhos da manhã e submeteu à Plenária a aprovação das atas da 3ª Reunião Plenária Ordinária de 2025 e da 1ª Reunião Plenária Extraordinária de 2025. Ambas foram aprovadas por unanimidade, sem quaisquer manifestações.
6. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, apresentou a Pauta da Reunião e a Plenária aprovou sem alterações e sem quaisquer manifestações (Anexo A).
7. Em seguida, a Presidenta realizou o balanço dos temas das reuniões plenárias ordinárias realizadas em 2025. Recordou que o tema principal de cada plenária é definido a partir de um conjunto de prioridades temáticas no início do ano ou do mandato. Em junho de 2025, com posse e instalação do atual mandato foram definidas as prioridades temáticas, sendo que a primeira plenária foi para

acolhimento e formação dos novos Conselheiros e apontamento de prioridades, as demais foram: agenda climática e COP30; financiamento e orçamento das políticas públicas de SAN; e, nesta quarta plenária, o tema “mulheres, cuidado e soberania e segurança alimentar e nutricional”. Destacou a retomada institucional do Consea em 2023, após quatro anos de descontinuidade, o contexto de fome que atingia cerca de 33 milhões de pessoas naquele período, o lema do mandato “erradicar a fome com direitos, comida de verdade, soberania e equidade”, e os desafios persistentes relacionados às desigualdades estruturais, de gênero, raça, território e acesso à terra, passando pela realização da 6ª Conferência Nacional de SAN, em dezembro de 2023. Ressaltou os avanços obtidos com a retomada das políticas públicas, incluindo a saída do Brasil do Mapa da Fome, enfatizando, contudo, que a superação formal desse indicador não elimina a persistência da fome e da insegurança alimentar. Também ressaltou a importância de ampliar o acesso a alimentos saudáveis, sustentáveis e livres de agrotóxicos, e de fortalecer a visão sistêmica da soberania alimentar, com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) como instrumento central, apontando que os sistemas alimentares dominantes contribuem para o agravamento do colapso climático e das desigualdades. Por fim, destacou a importância de disputar valores e prioridades no Congresso, nos governos estaduais e na sociedade, e reafirmou que a mobilização social é essencial para garantir avanços.

II. Pronunciamento Ministerial

8. O Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República (SG-/PR), senhor Guilherme Boulos, destacou a importância histórica do Consea na formulação das políticas de segurança alimentar e nutricional e o papel decisivo da participação social para avanços no combate à fome. Reforçou que, apesar de o Brasil ter saído do Mapa da Fome, a insegurança alimentar ainda atinge muitas pessoas, e reconheceu o papel das cozinhas solidárias e de iniciativas comunitárias durante períodos de crise, especialmente na pandemia, quando o Estado esteve ausente. Salientou a centralidade da soberania alimentar e a necessidade de fortalecer a agricultura familiar, a agroecologia e a diversidade produtiva, criticando a dependência de monoculturas e do modelo exportador, que tornam o país vulnerável. Mencionou a retomada dos estoques reguladores pela Conab como instrumento para estabilizar preços e proteger a população diante da inflação dos alimentos, embora ainda seja necessário ampliar recursos para essa política. O Ministro apontou três pautas estratégicas para o país: direitos trabalhistas — incluindo a defesa da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1, sem redução de salários; justiça tributária, com taxaço dos super-ricos e avanços na tributação da renda e do patrimônio; e reorganização do orçamento público, criticando a concentração de recursos nas emendas parlamentares e defendendo maior capacidade do Executivo para conduzir políticas sociais. Por fim, ressaltou o compromisso do governo com a ampliação da participação popular e anunciou a intenção de implementar um modelo de orçamento participativo digital, reforçando que a democracia e o controle social são fundamentais para garantir soberania e segurança alimentar e nutricional.
9. O Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Wellington Dias destacou que, apesar de 2025 ter sido um ano difícil no Brasil

e no mundo, marcado por crises sociais, econômicas, conflitos internacionais e impactos climáticos, houve avanços importantes na segurança alimentar e nutricional. O Ministro ressaltou o papel do Plano Brasil Sem Fome, elaborado com participação do Consea, na reorganização das políticas de combate à fome, e afirmou que o apoio do Congresso foi decisivo para garantir as bases legais necessárias. Apontou medidas voltadas ao abastecimento alimentar, como o fortalecimento da Conab, a retomada dos estoques reguladores e os investimentos em armazenagem, que contribuíram para conter a inflação dos alimentos e assegurar oferta adequada para a população. Destacou também políticas sociais integradas, como o Bolsa Família, a alimentação escolar priorizando a agricultura familiar e ações articuladas nas áreas de saúde, educação e trabalho, que permitiram ao país retornar ao patamar de nação fora do Mapa da Fome, com redução da extrema pobreza, da insegurança alimentar e das desigualdades, além de melhora nos indicadores de emprego e renda. O Ministro explicou o novo modelo do CadÚnico e do Bolsa Família, que busca oferecer proteção contínua e, ao mesmo tempo, estimular autonomia das famílias, ressaltando que muitas já se encontram inseridas no mercado de trabalho. Destacou ainda o papel central das mulheres no trabalho de cuidados e afirmou que a Política Nacional de Cuidados é essencial para reduzir a sobrecarga, especialmente entre mulheres negras e de baixa renda, promovendo autonomia econômica e enfrentamento à violência. Encerrando, reconheceu o papel do Consea na construção das políticas de segurança alimentar e nutricional e expressou expectativa de resultados ainda mais significativos em 2026.

III. Saudações

10. O deputado federal Padre João destacou a necessidade de avançar em medidas mais práticas e urgentes no enfrentamento da insegurança alimentar, chamando atenção para a situação dos pescadores, que vivenciam simultaneamente insegurança alimentar e impactos decorrentes do chamado “crime ambiental”, agravando sua vulnerabilidade socioeconômica. Em seguida, apontou, a questão dos agrotóxicos como um dos principais desafios atuais, mencionando os ataques no Congresso Nacional ao Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) e alertando para a contínua liberação de agrotóxicos e citando as evidências científicas relacionadas aos riscos à saúde da população pelo uso do glifosato. Sobre mulheres e saúde, relatou situações observadas em unidades hospitalares, especialmente em regiões com grandes projetos de irrigação, onde foram identificados elevados índices de má-formação fetal, além de casos de câncer, doenças renais e dermatológicas, associados à exposição aos agrotóxicos. O deputado ressaltou a importância de fortalecer o debate interministerial, especialmente no âmbito do Pronara, com maior articulação da Secretaria-Geral, diante da gravidade do tema. Destacou, ainda, o papel do presidente Lula no enfrentamento global da fome e da miséria, ao mesmo tempo em que manifestou preocupação com a correlação de forças no Congresso e com a atuação de parlamentares nos territórios, muitas vezes apropriando-se de pautas e programas do governo. E, por fim, reafirmou a relevância do Consea como espaço que expressa com fidelidade a realidade do povo brasileiro, enfatizando que, apesar da saída do Brasil do Mapa da Fome, persistem desafios estruturais relacionados à fome, à insegurança alimentar e à miséria, que exigem atenção permanente e ação contínua.

11. Em seguida, ocorreu uma breve saudação do Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, Josué Rocha. O Secretário-Executivo colocou-se à disposição para seguir nos trabalhos junto com o Consea, citou que vem da luta na sociedade civil e que na Secretaria-Geral dará continuidade a esse trabalho.

IV. Mesa: Cuidado e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

12. A Presidenta Elisabetta deu continuidade à reunião convidando para compor a Mesa duas expositoras: Paola Romero, da FIAN Colômbia, e Sarah Luiza, da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).
13. A Sra. Paola Romero destacou a relevância do Consea como referência internacional e a importância de incorporar gênero, cuidado e soberania alimentar como dimensões centrais do direito humano à alimentação. Afirmou que políticas públicas eficazes dependem de vontade política, capacidade técnica e mobilização social, e apresentou o conceito de “cuidado alimentar”, que busca tornar visível o trabalho historicamente realizado por mulheres na produção, preparo, proteção e gestão dos alimentos e dos bens naturais. Ressaltou que o direito ao cuidado e o direito à alimentação são interdependentes e indivisíveis, ainda que apareçam fragmentados nas políticas públicas. Criticou o regime alimentar corporativo, que mercantiliza alimentos, invisibiliza o trabalho de cuidado e reforça desigualdades estruturais, lembrando que a feminização da fome e da desnutrição ocorre apesar de as mulheres serem pilares dos sistemas alimentares. Apresentou dados que mostram a relevância econômica do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, subdimensionado especialmente nas atividades ligadas à alimentação. Denunciou também a violência e a criminalização enfrentadas por mulheres que defendem territórios, água e bens comuns. A palestrante mencionou diretrizes internacionais e decisões que reconhecem o cuidado como direito humano, defendendo que a alimentação seja tratada como direito integral, “da semente ao prato”. Enfatizou que políticas públicas devem reconhecer, redistribuir e reduzir o trabalho de cuidado para garantir sustentabilidade da vida e participação efetiva das mulheres nos espaços de decisão. Concluiu afirmando que a soberania alimentar e a autonomia dos povos dependem diretamente da articulação entre cuidado, terra e vida.
14. A Sra. Sarah Luiza destacou a importância do Consea como espaço estratégico para os movimentos sociais e apresentou sua atuação no contexto da soberania alimentar, trazendo a trajetória do Fórum Global de Nyéléni como referência internacional de construção coletiva. Explicou que os fóruns anteriores consolidaram a soberania alimentar e a agroecologia como pilares das transformações necessárias nos sistemas alimentares e que o terceiro encontro, realizado no Sri Lanka, reafirmou a soberania alimentar como estratégia para enfrentar estruturas capitalistas, patriarcais, racistas e coloniais que moldam a produção e o consumo de alimentos. Ressaltou que o fórum buscou construir convergências e alianças entre movimentos da agroecologia, saúde, justiça climática e economia solidária, utilizando metodologias participativas nos níveis local, nacional e global. Destacou a realização das assembleias de mulheres, de jovens e de diversidades, além da incorporação do cuidado como elemento central das lutas sociais, orientando diretrizes de convivência, respeito à diversidade e cuidado coletivo. A palestrante afirmou que não há soberania alimentar sem feminismo, enfatizando a economia feminista como instrumento para enfrentar desigualdades

de gênero, violências contra mulheres e exploração histórica do trabalho de cuidado. Defendeu a agroecologia como prática transformadora e destacou a centralidade da reforma agrária feminista, da garantia dos territórios e do acesso à água e à saúde, além da denúncia de guerras e do uso da fome como arma política. Concluiu apresentando os principais elementos da carta final do fórum, que reconhece a exploração do trabalho das mulheres nos sistemas alimentares e afirma que não há transformação estrutural sem sua libertação. Destacou a agenda comum de ação construída, incluindo solidariedade internacional, valorização do cuidado, formação feminista e antirracista e fortalecimento das narrativas da comunicação popular, reafirmando que feminismo, agroecologia e soberania alimentar são dimensões indissociáveis na luta global por justiça social, ambiental e climática.

V. Mesa: Políticas Públicas para Mulheres

15. A Presidenta Elisabetta deu continuidade à reunião chamando para compor a Mesa as convidadas. Inicialmente, foi exibido um vídeo da Ministra das Mulheres (MM) Márcia Lopes, que não pôde participar da plenária. Ela dirige uma saudação às mulheres brasileiras, celebrando o percurso de lutas e conquistas, destacando os avanços e a importância das políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero e o combate à pobreza. Enfatiza o papel central das mulheres na gestão de programas sociais, como o Bolsa Família, ressaltando que a titularidade dada às mulheres garante que os recursos cheguem efetivamente à alimentação e bem-estar dos filhos. Aborda a importância da autonomia econômica e do acesso à educação e ao trabalho para que as mulheres possam ter liberdade de escolha e sair de situações de vulnerabilidade. Reforça a relevância de existir uma estrutura governamental dedicada exclusivamente às questões femininas, para articular políticas que combatam a violência doméstica e promovam a igualdade no mercado de trabalho. E finaliza com uma mensagem de incentivo para que as mulheres continuem a ocupar espaços de decisão e a lutar pelos seus direitos, visando um Brasil mais justo e igualitário.
16. A Secretária-Executiva do Ministério das Mulheres (MM), Eutália Barbosa Rodrigues Neves, destacou a importância de tratar soberania e segurança alimentar em uma perspectiva internacionalista, considerando que os sistemas econômicos que impactam essas agendas operam globalmente. Ressaltou que a realização da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres representou uma reparação histórica, após anos de interrupção, e que o encontro abordou temas interligados como segurança alimentar, política de cuidados, autonomia econômica, participação política e enfrentamento à violência. Enfatizou o protagonismo das mulheres na sustentação da vida, na defesa dos territórios e na garantia da soberania alimentar, citando situações de violências vivenciadas por mulheres em territórios tradicionais diante de interesses econômicos. Apresentou as principais deliberações da conferência, que reforçam a relação direta entre segurança alimentar e autonomia econômica das mulheres, destacando a necessidade de acesso à terra, crédito, renda, assistência técnica, fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia, economia solidária e feminista, além da ampliação de equipamentos públicos de alimentação. Ressaltou que políticas de segurança alimentar e nutricional com perspectiva feminista exigem integração intersetorial, financiamento permanente e participação social ativa. Mencionou dados que mostram maior concentração de

insegurança alimentar em domicílios chefiados por mulheres, evidenciando desigualdades estruturais. Parabenizou o Consea pela articulação entre soberania alimentar e direitos das mulheres e reafirmou o compromisso do Ministério na construção dessas políticas de forma coletiva.

17. A Secretária Nacional de Cuidados e Família (SNCF) do MDS, Laís Wendel Abramo, apresentou o processo de construção da Política Nacional de Cuidados, destacando que o tema, historicamente defendido pelos movimentos feministas, envolve várias áreas, como saúde, educação, assistência social, trabalho e previdência, mas passou recentemente a ser tratado como política de Estado. Informou que o governo estruturou o tema como prioridade desde o início do mandato, criando secretarias específicas e um Grupo de Trabalho Interministerial com participação de 20 ministérios e instituições como IPEA, IBGE e Fiocruz, responsável pela elaboração do Plano Nacional de Cuidados. Ressaltou o caráter intersetorial, federativo e participativo do processo, com consultas públicas e escutas envolvendo sociedade civil, academia e movimentos sociais. Destacou a aprovação da Lei nº 15.069/2024, que reconhece o cuidado como direito humano, trabalho e necessidade social, e estabelece o direito ao cuidado, ao autocuidado e à corresponsabilização de gênero. Abordou a dimensão racial do cuidado assim como antietarista e anticapacitista, afirmando que mulheres negras, indígenas e em maior vulnerabilidade enfrentam a maior sobrecarga, impacto na renda e restrições à autonomia. Afirmou que garantir o direito ao cuidado é condição para assegurar o direito à alimentação. Explicou que a política será implementada por meio do Plano Nacional de Cuidados, com ações interministeriais, monitoramento, adesão federativa e participação social. Informou sobre iniciativas como cuidotecas e programas de formação profissional e enfatizou a importância de orçamento adequado, decisão política e coordenação territorial.
18. A Secretária-Executiva do Ministério da Igualdade Racial (MIR), Rachel Barros de Oliveira, falou em nome da Ministra Anielle Franco. Ela destacou que a insegurança alimentar, a vulnerabilidade social e distintas formas de violência recaem de maneira desproporcional sobre mulheres negras e indígenas, afirmando que a perspectiva étnica-racial deve orientar todas as políticas públicas. Reforçou que a alimentação é um direito humano que envolve dignidade, cultura e ancestralidade, e que as mulheres negras têm papel histórico na garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias e comunidades. Apresentou o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MIR e o MDS desde 2023, com vigência até 2026, estruturado em eixos de formação, estudos, dados e fomento, totalizando 34 metas e recursos de R\$ 303 milhões. Enumerou iniciativas do acordo, como ações de enfrentamento ao racismo institucional, mapeamento de experiências em territórios quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, identificação desses grupos no CadÚnico, promoção da inclusão socioeconômica e fomento à produção. A representante destacou dados que mostram redução da insegurança alimentar grave em domicílios chefiados por mulheres negras entre 2023 e 2024 e reafirmou o compromisso do Ministério em combater a fome e fortalecer políticas com orçamento adequado, reconhecendo o protagonismo das mulheres negras e a centralidade do enfoque interseccional.
19. A Secretária Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas (SNAPDI) do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Giovana Mandulão, falou em nome da Ministra Sônia Guajajara. Ela enfatizou que, para as mulheres indígenas, soberania

alimentar é inseparável do território, dos modos de vida, das sementes, dos saberes tradicionais e da biodiversidade. Giovana alertou para violências históricas como desmatamento, garimpo ilegal e contaminação dos rios, destacando a crise Yanomami como exemplo da relação entre invasão territorial e fome. Valorizou a criação do Ministério dos Povos Indígenas como marco para políticas construídas a partir da visão dos povos. Informou que a 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas discutiu segurança alimentar e nutricional, gestão territorial e impactos da emergência climática. Também mencionou a participação do Ministério na elaboração da primeira pesquisa nacional interministerial sobre soberania e segurança alimentar e nutricional indígena. Encerrando, afirmou que a soberania alimentar depende da demarcação das terras indígenas, do combate às invasões e da valorização da bioeconomia com protagonismo das mulheres.

20. Por fim, a Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Fernanda Machiaveli, destacou o papel central das mulheres na produção de alimentos e apresentou avanços recentes em políticas para mulheres rurais. Informou que o acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) teve crescimento significativo, com destaque para o aumento da participação feminina, especialmente no Pronaf B, e explicou que a separação do limite de crédito das mulheres em relação ao crédito familiar ampliou a autonomia econômica, junto com o aumento dos recursos destinados a projetos produtivos femininos, como os quintais produtivos. Abordou políticas de acesso à terra, incluindo a priorização de mulheres chefes de família na reforma agrária, o fortalecimento do Fomento Mulher, a ampliação do benefício para mulheres quilombolas e a emissão de cartões bancários em nome das mulheres nos créditos de instalação. Mencionou o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) como ferramenta essencial de inclusão produtiva. Destacou ainda ações como documentação civil e previdenciária pelo programa Cidadania e Bem Viver, a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) específica para mulheres e a expressiva participação feminina no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Citou políticas de organização econômica, cooperativismo feminino, o Projeto Jandáiras e o Selo Nacional da Agricultura Familiar (Senaf) Mulheres como instrumentos de valorização da produção. Defendeu a mecanização adaptada e equipamentos coletivos para reduzir a sobrecarga de trabalho e reforçou o compromisso do Ministério com a igualdade de gênero no campo e com a autonomia econômica das mulheres.

VI. Manifestações da Plenária

21. A Presidenta Elisabetta abriu inscrições para manifestações da plenária. As intervenções abordaram, principalmente, as seguintes questões:
- Defesa de que políticas para mulheres sejam estruturantes, permanentes e articuladas entre governo, conselhos e sociedade civil.
 - Solicitação de inclusão de equipamentos domésticos além dos produtivos nas políticas de fomento, de forma a ampliar autonomia das mulheres não somente nas atividades produtivas, mas também nas de reprodução e de cuidados.
 - Destaque para a necessidade de incluir produções de mulheres negras urbanas nas compras públicas.

- Alerta sobre invisibilização da agricultura urbana e ameaças aos territórios produtivos nas periferias, como especulação imobiliária e risco de despejo.
 - Preocupação com o envelhecimento populacional e a sobrecarga das mulheres no cuidado, reforçando a importância da Política Nacional de Cuidados.
 - Defesa de que a Política Nacional de Cuidados garanta tempo livre para estudo, trabalho, autocuidado e lazer às mulheres.
 - Defesa de que políticas de cuidado incluam também descanso, lazer e cultura para as mulheres, e não apenas serviços e estruturas formais.
 - Valorização das cozinhas solidárias e da agricultura urbana como estratégias essenciais de enfrentamento da fome em territórios vulnerabilizados.
 - Ênfase no papel da educação, hortas comunitárias e produção de alimentos como vias de autonomia e organização de mulheres negras.
 - Defesa de políticas voltadas à reparação histórica e enfrentamento ao feminicídio, como dimensões estruturantes da segurança alimentar.
 - Demanda pela criação de mecanismos de monitoramento orçamentário voltados às políticas para mulheres, realizados por coletivos femininos.
 - Crítica a instrumentos institucionais que exigem CPF ou CNPJ, pois desconsideram práticas coletivas de povos e comunidades tradicionais.
 - Reafirmação da importância de reconhecer a diversidade das mulheres e evitar políticas uniformizadoras que não dialogam com as diferentes realidades.
 - Chamado à socialização do cuidado e ao fortalecimento de redes comunitárias como estratégias para enfrentar desigualdades de gênero e raça.
 - Reconhecimento de avanços em ações como quintais produtivos, mecanização adaptada e políticas específicas para mulheres rurais, mas com necessidade de ampliação.
 - Afirmação de que o cuidado deve ser tratado como política de reparação, especialmente para mulheres negras.
 - Valorização de saberes e práticas ancestrais nos debates sobre cuidado e soberania alimentar.
 - Reforço da centralidade dos povos e comunidades tradicionais, incluindo seus modos coletivos de organização, nas políticas de segurança alimentar.
 - Defesa da convergência entre governo e movimentos sociais para fortalecer o cuidado coletivo e enfrentar apropriações conservadoras desse debate.
 - Indicação de forte distância entre políticas federais e sua implementação por estados e municípios, com necessidade de responsabilização dos gestores locais.
22. A Presidenta passou para manifestações finais da Mesa. Sarah Luíza da MMM reforçou a importância de reconhecer a diversidade das mulheres, alertando para o risco de políticas uniformizadoras. Destacou o papel histórico da auto-organização das mulheres e defendeu a socialização do cuidado e o fortalecimento de redes coletivas. A Secretária da SNCF/MDS, Laís Abramo, reiterou a importância da continuidade dos debates no Comitê Estratégico, destacando que o objetivo da política de cuidados é liberar tempo das mulheres para estudo, trabalho, autocuidado, descanso, lazer e cultura. Enfatizou a centralidade das pessoas idosas e citou propostas como atendimento domiciliar integrado e o Observatório Participativo dos Cuidados. A Secretária-Executiva do MM, Eutália Barbosa, destacou o papel do Consea como instância de escuta e articulação. Informou avanços da meta da Marcha das Margaridas sobre quintais produtivos, relatando que 74 mil dos

92 mil previstos já foram implementados com ações integradas entre ministérios e bancos públicos. A Secretária Executiva do MIR, Rachel de Oliveira, destacou a relevância do engajamento coletivo das mulheres no governo e na sociedade civil. Ressaltou que a pauta do cuidado é uma pauta de reparação, que busca garantir descanso e uma vida melhor para as mulheres negras. A Secretária da SNAPDI/MPI, Giovana Mondulão, ressaltou que a discussão sobre cuidado e soberania alimentar dialoga com saberes ancestrais e práticas indígenas. Destacou a honra de compor uma Mesa com mulheres tão potentes e reiterou o compromisso do MPI com a construção conjunta das políticas. Por fim, Paola Romero, da FIAN Colômbia, destacou a importância da convergência entre governo e movimentos sociais. Afirmou que a crise atual é uma crise da capacidade social de sustentar a vida e que o cuidado, especialmente o cuidado alimentar, é uma resposta política essencial. Alertou para o risco de apropriação conservadora da narrativa do cuidado e defendeu o cuidado coletivo e comunitário. Convocou governo e movimentos feministas para a greve dos cuidados, como reivindicação histórica.

VII. Apresentação do Livro e Vídeo “Mulheres que Alimentam”

23. A Presidenta Elisabetta retomou os trabalhos no período da tarde e anunciou o lançamento, no âmbito do Consea, do vídeo e do livro “Mulheres que Alimentam”, produzidos a partir de uma oficina organizada pela Secretaria Executiva do Conselho com mulheres de diferentes biomas, regiões e movimentos sociais. Explicou que o objetivo do projeto foi promover trocas de experiências sobre práticas de enfrentamento à crise climática e sobre soberania e segurança alimentar e nutricional, reunindo perspectivas coletivas e individuais dessas mulheres. Informou que o vídeo será exibido na plenária e posteriormente disponibilizado no site do Consea, enquanto a versão impressa do livro já estava sendo distribuída. A Presidenta agradeceu às mulheres presentes na oficina e às convidadas, e parabenizou a equipe do Consea, especialmente as mulheres envolvidas no projeto, pelo material considerado “bonito e potente”, com grande potencial de ser utilizado em diferentes espaços. Relatou que, ao final da oficina, foi realizada uma roda de conversa e inscrita uma atividade em pavilhão da COP30, que também foi voltada ao debate sobre o material e sobre a pauta das mulheres.
24. Em seguida, mulheres que participaram da oficina ressaltaram alguns pontos:
 - Ausência de pessoas trans em espaços institucionais de decisão e invisibilização dos territórios das mulheres trans e travestis, o que prejudica a defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional com a inclusão efetiva da perspectiva de mulheres trans e travestis nas políticas públicas.
 - Vulnerabilidade social e exclusão de direitos que dificultam participação política.
 - Insegurança alimentar, ambiental e social intensa nas periferias urbanas.
 - Importância das cozinhas solidárias e da agricultura urbana para a sobrevivência.
 - As políticas públicas precisam não apenas ser criadas, mas implementadas e respeitadas nos territórios.
 - Necessidade de maior fiscalização e responsabilidade dos governos locais.
 - Problemas como insegurança fundiária e ameaças de despejo nas áreas periféricas.

VIII. Brasil após a saída do Mapa da Fome: daqui para onde vamos?

25. O Diretor de Vigilância do Sisan na SECF/MDS, Alexandre Valadares apresentou os resultados mais recentes da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), com base na PNAD Contínua do quarto trimestre de 2024. Explicou que a EBIA classifica os domicílios em segurança alimentar e insegurança leve, moderada e grave, sendo esta última associada à fome. Informou que, em 2024, 75% dos domicílios estavam em segurança alimentar e 3,2% em insegurança grave, o menor percentual desde 2004. Destacou uma redução de 22% da insegurança grave em relação a 2023, significando que cerca de dois milhões de pessoas deixaram a fome e quase nove milhões ingressaram em segurança alimentar no período. Apresentou um panorama histórico, mostrando avanços expressivos entre 2004 e 2013, retrocessos após 2018, com agravamento em 2022, e recuperação consistente a partir de 2023. Apontou que todas as regiões do país registraram queda da insegurança grave, com destaque para o Nordeste, embora persistam desigualdades, especialmente no Norte e Nordeste. Indicou também redução inédita da fome entre crianças e adolescentes, baixos índices entre pessoas idosas e maior vulnerabilidade entre trabalhadoras domésticas. Ressaltou que a preservação do poder de compra, mesmo diante da alta dos alimentos, deve-se ao impacto das políticas de renda, essenciais para os avanços observados.
26. A Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF) do MDS, Valéria Burity, destacou que o Plano Brasil Sem Fome foi construído conjuntamente pelo Consea Nacional e pela Caisan. Ressaltou a importância de manter a segurança alimentar e nutricional como tema central da agenda política, especialmente diante das disputas orçamentárias e dos impactos das emendas parlamentares no planejamento das políticas. Apresentou um balanço do Plano, destacando que o país saiu do Mapa da Fome com redução expressiva da insegurança grave, da pobreza e da extrema pobreza, conforme dados do IBGE. Reafirmou os compromissos do Plano: combater a fome com alimentação saudável, reduzir desigualdades, mitigar impactos climáticos e fortalecer a democracia. Apontou estratégias como identificação de grupos vulneráveis, fortalecimento da renda e proteção social, ampliação da produção e do acesso à alimentação saudável e articulação com estados e municípios no âmbito do Sisan. Citou avanços como a ampliação do CadÚnico com inclusão de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), fortalecimento do Bolsa Família, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da previdência rural, da atenção primária à saúde, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), das cozinhas solidárias, do fomento rural, do Programa Cisternas, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Pronaf e das políticas de abastecimento. Informou que a adesão ao Sisan passou de 536 para 2.006 municípios e apresentou o Protocolo Brasil Sem Fome, articulando Sistema Único de Saúde (SUS), SUAS e Sisan para identificar e priorizar famílias em insegurança alimentar.
27. Em seguida, Paulo Petersen, coordenador da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), destacou a importância de debater o significado da saída do Mapa da Fome. Ressaltou que o resultado expressa determinação política e aprendizado de experiências anteriores, com contribuições centrais do Consea. Afirmou que a fome persiste entre grupos vulneráveis e que cresce a incidência de problemas relacionados à má alimentação. Defendeu que a superação da fome deve ser analisada no contexto dos sistemas alimentares, que integram produção,

abastecimento, consumo, saúde, cultura e clima. Criticou transformações recentes nos sistemas alimentares, resultantes de políticas neoliberais, concentração de mercados, estímulo a commodities e expansão de ultraprocessados, com impactos sobre soberania alimentar, saúde e meio ambiente. Destacou a importância de políticas de “segunda geração”, como PAA e mudanças no PNAE, e da articulação entre segurança alimentar e nutricional, clima e meio ambiente. Defendeu integração e monitoramento dos planos nacionais de SAN, abastecimento e agroecologia e reforçou o papel da participação social e da democracia para consolidar políticas estruturantes.

28. Na sequência, a Presidenta Elisabetta destacou que, assim como a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) desenvolve novas estratégias de monitoramento, o Consea também iniciará um esforço para integrar a leitura das experiências dos territórios, conselhos estaduais e organizações da sociedade civil, para compreender como as políticas chegam às comunidades.

29. As manifestações da plenária destacaram os seguintes pontos principais:

- Necessidade de fortalecer a articulação entre agricultura familiar e agenda climática, com maior presença e participação da sociedade civil em espaços como a COP30.
- Desafio de comunicar e mobilizar a população sobre segurança alimentar e nutricional e temas climáticos, apontando a importância de narrativas unificadoras.
- Relação entre sistemas alimentares, saúde, clima e meio ambiente, com preocupação sobre o aumento dos ultraprocessados e os impactos ambientais da monocultura e da pecuária.
- Importância da agroecologia e da ampliação do consumo de alimentos *in natura* como alternativas sustentáveis e saudáveis.
- Persistência da fome em periferias urbanas, marcada por violência, especulação imobiliária e fragilidade dos sistemas alimentares locais.
- Necessidade de políticas específicas voltadas para mulheres negras e populações periféricas, garantindo renda, autonomia e proteção territorial.
- Reconhecimento de que políticas de renda reduzem a fome extrema, mas não asseguram alimentação saudável, demandando políticas estruturantes para qualidade da alimentação.
- Preocupação com doenças relacionadas à má alimentação e defesa do fortalecimento da agricultura familiar como estratégia para ampliar acesso a alimentos saudáveis.
- Importância de avançar além da insegurança alimentar grave, construindo sistemas alimentares sustentáveis baseados na soberania alimentar.
- Alerta para riscos de retrocessos regulatórios e para a necessidade de fortalecer a inclusão sanitária nas políticas nacionais de SAN.
- Reconhecimento de avanços no PNAE, mas preocupação com execução das metas sem aumento do orçamento e com a necessidade de maior transparência e controle social.
- Avaliação de que o contexto político e eleitoral traz desafios para a sustentabilidade de políticas de SAN, diante da disputa de narrativas e do baixo conhecimento público sobre essas ações.

- Preocupações com a reforma tributária, especialmente quanto à efetividade do imposto seletivo e aos subsídios a produtos ultraprocessados.
 - Persistência de desigualdades regionais, com destaque para impactos da insegurança hídrica, garimpo e degradação ambiental nas regiões Norte e Nordeste.
 - Importância de centralizar povos e comunidades tradicionais no enfrentamento da fome, com fortalecimento da busca ativa, reconhecimento de dinâmicas coletivas e enfoque antirracista.
 - Necessidade de abordagem sistêmica da política de SAN, integrando produção, abastecimento e consumo saudável, com destaque para agendas estratégicas como cozinhas solidárias, sistemas alimentares urbanos e integração SAN–clima.
30. A Presidenta Elisabetta encerrou o primeiro dia da Plenária, orientou quanto às reuniões das CPs no dia seguinte e informou que a seguir ocorreria as reuniões dos Grupos de Trabalhos (GTs).

IX. Relatos das CPs e da CPCE

31. No período da manhã do dia 10 de dezembro, ocorreram as reuniões das Comissões Permanentes (CPs) e da Comissão de Presidentes de Consea Estaduais (CPCE). No período da tarde, os trabalhos começaram pelos relatos das CPs, CPCE, GTs e depois ocorreram as deliberações da Plenária. Os relatos das CPs começaram pela CP2, como segue:
32. A CP2 apresentou um balanço da COP30, monitorou agendas regulatórias e analisou políticas públicas estratégicas. Destacou a necessidade de acompanhar planos de adaptação relacionados ao Consea. Sobre a RDC 24/2010 da Anvisa, relatou histórico de judicialização, audiência de conciliação sem acordo e decisão de elaborar recomendação no início de 2026. Também tratou da harmonização da rotulagem frontal no Mercosul, alertando para risco de retrocessos. A Comissão acompanhou a estratégia Alimenta Cidades, a agenda de prevenção da obesidade e a integração SUS–SUAS–Sisan via Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA). Em relação ao orçamento, avaliou a execução do PlanSAN com MDS e Ministério da Saúde (MS), definindo mecanismos de monitoramento para 2026, incluindo possibilidade de recorte de gênero. Para 2026, definiu como prioridades: proteção à amamentação (licença-maternidade e marketing digital), debate sobre agrotóxicos, compras públicas e aprimoramento do Catálogo de Materiais e Serviços (Catmat, módulo do Portal Compras.gov.br), redução de ultraprocessados, monitoramento da revisão do Programa de Alimentação do Trabalhador, além da continuidade das pautas regulatórias e climáticas.
33. A CP1 discutiu, junto à Secretaria-Executiva, à Caisan e à CPCE, o Fórum Intergestores de Pactuação das Caisans e a minuta de revisão do Decreto nº 7.272/2010 (Losan), definindo que contribuições consolidadas serão apresentadas até março, após diálogo com as bases e considerando o calendário eleitoral. A Comissão também debateu a revisão do nome e da ementa da CP1, além de uma proposta de portaria sobre equipamentos públicos de SAN. Entre as prioridades, a CP1 estabeleceu: aprofundar o diálogo com os Ministérios do Desenvolvimento Social e das Mulheres sobre políticas de cuidado; acessar relatórios do Ministério do Planejamento para apoiar o monitoramento de ações de gênero; e construir estratégias para acompanhar pessoas ainda em insegurança alimentar grave,

articulando ações federais, estaduais e municipais e incorporando experiências territoriais. A CP1 avaliou a necessidade de maturação dos debates sobre mulheres e cuidado, entendendo que ainda não é o momento de formular recomendações formais. Também propôs que o Consea convoque o Ministério das Mulheres e representantes das políticas de cuidado para aprofundar a compreensão sobre implementação e resultados, considerando futuras incidências e o processo preparatório do Encontro CNSAN+2.

34. A CP3 concentrou-se em três eixos principais: Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planab), PNAE e Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e a Agroecologia (PNPIAF). Sobre o Planab, houve resgate histórico, apresentação de contribuições do MDA e da Conab e destaque para a necessidade de ampla expansão orçamentária, monitoramento e priorização do tema na próxima plenária, com participação ministerial. No debate do PNAE, a CP elaborou recomendações sobre reajuste anual do valor per capita, atualização das regras de prestação de contas, integração de sistemas e maior transparência. Também analisou limites de ultraprocessados, compras da agricultura familiar e a necessidade de garantir prioridade para povos e comunidades tradicionais. A CP avançou ainda na finalização de uma recomendação conjunta com a CP2 sobre a RDC 49/2013 da Anvisa, reforçando sua importância para inclusão sanitária. No tema PNPIAF, debateu-se a consulta pública e decidiu-se recomendar ampla divulgação e estímulo à participação social. A Comissão também sugeriu ajustar o calendário das plenárias presenciais para o primeiro semestre, considerando o período eleitoral, e destacou que a política de abastecimento não vem sendo tratada como prioridade governamental, defendendo presença sistemática da Conab e da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB) do MDA nas discussões.
35. A Presidenta destacou que o calendário anual foi elaborado considerando múltiplas agendas e que não é viável concentrar as plenárias no primeiro semestre, embora outubro tenha sido preservado por conta do período eleitoral. Reforçou a importância da presença do governo nas plenárias, lembrando que o Consea é um conselho de política pública composto por representantes governamentais e da sociedade civil. Ressaltou que a participação ativa, com debates e divergências, é essencial para a legitimidade e a densidade das discussões, evitando consensos superficiais.
36. A CP4 aprofundou o debate sobre os impactos das apostas online (*bets*) no direito humano à alimentação, retomando a Recomendação nº 18/2024 e incorporando análises dos Ministérios da Fazenda e da Saúde, além do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar). Foram identificados efeitos negativos como perda de renda familiar, adoecimento mental, violência contra mulheres, aumento de suicídios e fragilidades regulatórias. A Comissão decidiu elaborar recomendação ou nota técnica para a próxima plenária e monitorar campanhas educativas ainda não implementadas. A CP4 também debateu o monitoramento do Plano SAN a partir das Cozinhas Solidárias, destacando o protagonismo das mulheres (92% do público atendido) e o problema da falta de remuneração das cozinheiras. Encaminhou a necessidade de articular políticas de cuidado em marco legal integrado e fortalecer iniciativas como “cuidotecas”. O tema pessoas em situação de rua foi incorporado, apontando lacunas de políticas integradas em alimentação,

moradia e trabalho. A CP propôs ainda uma Nota de Repúdio relacionada ao PL da Dosimetria.

37. A Presidenta então lembrou que há prazo definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a formulação de política integrada para pessoas em situação de rua e propôs analisar a resposta do governo e sua implementação. Sobre a nota de repúdio referente à dosimetria, informou que o tema será avaliado à luz de recentes decisões do Congresso, como a derrubada de vetos ao PL da devastação, que deverá ser judicializada, e que o Consea discutirá articulação com a CNAPO antes de eventual posicionamento. Mencionou também preocupação com possíveis ameaças ao Pronara, indicando a necessidade de articulação com a CNAPO e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).
38. A Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais (CPCE) informou que discutiu principalmente a minuta de resolução sobre o Fórum de Pactuação das Caisans no âmbito do Sisan. Embora tenha havido debate, a Comissão não conseguiu concluir a negociação das minutas dentro do tempo disponível, comprometendo-se a enviar contribuições posteriormente. Também tratou da minuta referente aos equipamentos públicos de SAN, destacando a importância de definir o papel de estados e municípios, fortalecer a participação da sociedade civil, ampliar o conceito de equipamentos e assegurar sua articulação com as políticas do Sisan. A CPCE discutiu a ampliação do Sisan nos territórios e a proposta de criação do Fórum Intergestores Tripartite (FIT-Sisan), ressaltando a necessidade de garantir autonomia dos estados, explicitar o papel dos Conseas, evitar sobreposições entre gestão e controle social e definir fluxos e critérios para o comitê executivo. Encaminhamentos incluem: compartilhar documentos com CPCE e Conseas até fevereiro de 2026; realizar rodada InterConseas para sistematização; e realizar oficina pós-plenária em março para consolidar propostas. A Comissão também tratou do PNAE, das conferências estaduais e municipais, e da preparação para o Encontro CNSAN+2.
39. A Secretária-Executiva do Consea, Marília Mendonça Leão, aproveitou o tema do Encontro CNSAN+2 para informar que o Encontro terá limite máximo de 350 participantes, definido por restrições de espaço e logística. Será enviada circular oficial aos Conseas, secretarias das Caisans e conselheiros, com as pactuações da Mesa Diretiva, que atua como comissão organizadora, constituindo o primeiro informativo do evento. Destacou que o Encontro não se trata de uma conferência, mas de uma atividade com metodologia própria e apoio de especialistas para promover debates aprofundados, sendo sua organização conduzida pela Mesa Diretiva em diálogo com a plenária. Foi destacado a importância de que todas as CPs convoquem sujeitos e movimentos sociais diretamente impactados por protocolos, resoluções e normativas em debate, especialmente em temas como agricultura familiar, cozinhas solidárias e equipamentos públicos. Ressaltou que propostas que afetam a execução das políticas devem considerar a experiência cotidiana de quem as implementa e vivencia nos territórios, incluindo agricultores camponeses e urbanos. Recomendou atenção permanente para envolver esses atores nas discussões das CPs, a fim de evitar fragilidades no debate coletivo e fortalecer a construção das políticas.
40. A Presidenta esclareceu que as sessões InterConseas são uma estratégia da Secretaria do Consea para fortalecer o diálogo com presidências e secretarias dos conselhos estaduais e municipais, permitindo compartilhar informações e discutir

temas relacionados às dinâmicas dos conselhos. Destacou que a iniciativa surgiu para substituir diálogos pontuais e fragmentados por um espaço mais estruturado e permanente, conforme previsto no Decreto nº 7.272/2006. Acrescentou que, conforme a pauta, poderá haver participação de sujeitos envolvidos nos temas discutidos. Lembrou que a discussão sobre o Fórum de Pactuação e a atualização do Decreto nº 7.272 deveria ser concluída a partir da oficina pós-plenária de março, com o envio prévio das contribuições consolidadas do Consea, visando finalizar o processo até maio. Defendeu ainda a necessidade de uma agenda específica em janeiro para tratar do protocolo de compras públicas, em conjunto entre as CPs 1 e 3, e sugeriu incluir também o debate sobre equipamentos públicos nesse espaço, por seu impacto direto na agricultura familiar. A Presidenta reforçou que não seriam definidas datas naquele momento, confirmou que o acordo era concluir os debates sobre o decreto e o fórum até março, e apontou a necessidade de reavaliar a programação que estende o tema até maio.

41. O presidente do Consea/MA, recomendou que o Consea Nacional acompanhe as agendas das conferências municipais, destacando que elas devem priorizar a elaboração dos planos e políticas locais, e não apenas servir de etapa para as conferências estaduais e nacional. A Presidenta esclareceu que o Encontro CNSAN+2 não segue a mesma lógica nem a dimensão de uma conferência nacional, por ser um evento menor e voltado principalmente aos Conseas nacional e estaduais. Destacou a diversidade de situações nos municípios e estados quanto à existência de planos e conferências, ressaltando que não é possível estabelecer regras únicas, cabendo a cada estado organizar sua preparação conforme sua realidade. Reconheceu as limitações de tempo e estrutura do Consea, retomado recentemente, e afirmou que serão adotados os melhores encaminhamentos possíveis dentro dessas condições. Informou que, com o orçamento atualmente previsto, apenas a participação da presidência dos Conseas estaduais poderá ser custeada, alertando para as dificuldades dos governos estaduais em financiar a vinda da sociedade civil. Relatou que o tema foi levado ao Ministro, que reconheceu a restrição orçamentária da Secretaria-Geral e a necessidade de buscar alternativas. As iniciativas previstas para 2026 precisam ser compatibilizadas com a dinâmica de trabalho até junho, especialmente no período de março a junho, que será curto e exigirá articulação com o processo preparatório do Encontro CNSAN+2. Explicou que plenárias presenciais e remotas, assim como os conselhos estaduais, deverão ser aproveitados para esse acúmulo prévio, de modo que o Encontro seja um ponto de chegada, com participantes já munidos de debates e construções coletivas. Por fim, esclareceu que essa orientação não questiona as decisões das comissões sobre temas prioritários, apenas indica a necessidade de incorporá-las ao planejamento geral.
42. A diretora Luísa Trabuco, da SECF/MDS, em um aparte, destacou que o tema do monitoramento das 6,5 milhões de pessoas ainda em insegurança alimentar grave foi tratado nas CPs, especialmente na CP2, com a apresentação do Protocolo Brasil Sem Fome. Informou que a estratégia prevê atuação prioritária em 500 municípios, com apoio de articuladores das Caisans estaduais, para mapear respostas locais e organizar fluxos integrados de atendimento nos territórios. Ressaltou ainda que os Conselhos estaduais serão chamados a exercer o controle social sobre esse processo.

43. A CP5 registrou forte participação e aprofundou o debate sobre alimentação, raça, saúde e mudanças climáticas, a partir da exposição de Bruna Crioula, que abordou de forma integrada os impactos da crise climática sobre populações negras, quilombolas e periféricas. A Comissão assumiu o compromisso de estudar documentação internacional e elaborar recomendações ao governo. Discutiu também a situação das mulheres negras, a Marcha Nacional e a necessidade de dialogar com sua carta política para fortalecer incidências estaduais e municipais em alimentação e nutrição. Houve relato crítico sobre a realização da COP30 no Pará, destacando a necessidade de avaliar efeitos concretos sobre territórios, saneamento e condições de vida. Entre os encaminhamentos, a CP5 definiu: realização de seminários virtuais e presenciais sobre clima e segurança alimentar e nutricional; retomada da campanha antirracista; continuidade da elaboração de recomendação ao plenário (incluindo tema ligado aos Institutos Federais); reuniões virtuais adicionais; mapeamento de interlocutores ministeriais; e articulação para ampliar a participação de Bruna Crioula nas próximas atividades da Comissão.
44. A CP6 antecipou sua reunião devido à ausência de conselheiros na plenária. O grupo recebeu apresentação do protocolo integrado indigenista e dos Planos de SAN Indígena, elaborados por MDS, MPI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) do MS, com foco em coordenação interinstitucional. Foram previstas oficinas em fevereiro de 2026, com convite para participação da CP6 e indicação de até dois representantes. A Comissão discutiu critérios de definição de povos prioritários, sugerindo alinhamento com os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) e elaboração de planos por bioma. Sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) indígena, ressaltou-se a ausência de orçamento próprio, pois os recursos vêm do PAA geral e da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA). A CP6 decidiu elaborar recomendação para criação de plano orçamentário específico, além de fortalecer articulação entre ações de SAN para povos indígenas. Foi apresentada proposta piloto de monitoramento orçamentário das ações de SAN indígena, analisando valores autorizados, empenhados e bloqueados em políticas como PAA e PNAE. Encaminhamentos incluem aprofundar debates, ampliar participação da Comissão e convidar gestores governamentais para esclarecer entraves de execução. A Presidenta destacou que a metodologia de monitoramento será compartilhada com todas as CPs.
45. A CP7 analisou a minuta de Portaria do MDA e a resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) sobre compras do PNAE envolvendo Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), apontando falhas de comunicação sobre a participação do Consea no processo. O FNDE apresentou o histórico das discussões e informou que a resolução está na Procuradoria. A CP solicitou acesso ao texto até janeiro para emitir parecer e recomendou aprimorar a identificação de escolas de PCTs no próximo censo, incluindo áreas urbanas. Também foi apresentada a Portaria do MDA que cria o GT de inclusão sanitária de PCTs, a ser publicada pela Anvisa. A CP pediu ajustes, como inclusão da dimensão cultural, participação da Caisan e coerência com a RDC 49/2013. Atualizou o andamento das recomendações em elaboração, incluindo a demanda de incorporar os 28 segmentos de PCTs no CadÚnico, solicitando resposta objetiva do MDS. Reforçou a necessidade de que o MDA encaminhe à Caisan a condução de GTs relacionados às “rotas do bode”. Como encaminhamentos, a CP7 decidiu aprofundar debates sobre políticas de cuidado e

saberes tradicionais, realizar reunião extraordinária em fevereiro e acompanhar o monitoramento orçamentário de ações para PCTs. Também reforçou sua participação nos debates sobre compras públicas.

46. Ocorreram questionamentos sobre a participação efetiva do Consea no processo de elaboração da Portaria da Anvisa sobre inclusão sanitária dos PCTs. A Presidenta Elisabetta solicitou que a Secretaria confirme junto à Anvisa a composição do grupo de trabalho e a previsão formal de participação do Consea, destacando a importância de identificar nominalmente os representantes. Esclareceu-se que houve um grupo inicial que afirma ter contado com participação do Conselho e que a Portaria a ser publicada prevê o Consea. Contestou-se a caracterização de participação do Conselho, afirmando que houve apenas apresentação pontual na CP7 e solicitação de manifestação em prazo exíguo, paralelamente à discussão da RDC 49/2013. Houve manifestação que reforçou que o grupo era composto majoritariamente por Anvisa e unidade técnica, sem representantes do Consea, e que as contribuições encaminhadas não foram incorporadas ao documento final apresentado para validação.
47. A Presidenta solicitou que a Secretaria Executiva oficie formalmente o MDS para obter esclarecimentos sobre a situação da inclusão dos 28 campos de PCTs no CadÚnico, informando em que etapa o processo se encontra, se a inclusão será realizada e, em caso negativo, quais os impedimentos existentes, a fim de evitar informações divergentes e permitir novos encaminhamentos.

X. Relatos dos Grupos de Trabalho

48. A Presidenta Elisabetta informou que estão constituídos três Grupos de Trabalho: GT Internacional, GT SAN e Mudança do Clima, e GT Conflito de Interesses. Apresentou os nomes dos integrantes indicados pela sociedade civil, esclarecendo-se que ainda não houve indicação formal de representantes do governo, embora alguns já tenham manifestado interesse em participar, podendo se dirigir aos GTs de interesse. Registrou-se que o GT Conflito de Interesses realizou reunião remota prévia, sem concluir toda a pauta, que terá continuidade nesta reunião. Foi informado que a pauta comum aos três GTs inclui a discussão da ementa, do plano de trabalho, da proposta para a próxima reunião e a indicação de coordenação e vice-coordenação, lembrando que foram indicados dois conselheiros titulares da sociedade civil por Comissão Permanente (CP), assim como da Comissão dos Presidentes dos Conseas Estaduais (CPCE), aguardando-se a confirmação dos representantes governamentais. Os GTs se reuniram a seguir.
49. O GT SAN e Mudança do Clima reuniu dez participantes e iniciou os trabalhos com a apresentação dos objetivos do grupo e de sua instalação, além de convite para ampliação da participação. O principal tema debatido foi a COP30, a partir de relatos e análises, destacando avanços na inclusão dos sistemas alimentares e agroflorestais na agenda climática, mas também a predominância de discursos vinculados ao agronegócio e a maior capacidade de grandes empresas ocuparem espaços estratégicos do evento, em contraste com as dificuldades enfrentadas por organizações da sociedade civil. A partir dessa avaliação, o GT apontou a necessidade de atuação mais estratégica nas próximas COPs, com a construção de um “mapa do caminho” para fortalecer a centralidade da sustentabilidade dos sistemas alimentares e da segurança alimentar e nutricional no debate climático.

Foram definidas quatro diretrizes para o GT: atuar como caixa de ressonância das demandas de povos e grupos vulnerabilizados; sistematizar propostas e posicionamentos; monitorar discursos de *greenwashing* e os planos de transição climática; e articular-se com as Comissões Permanentes e outros espaços institucionais, como CNAPO e Condraf, considerando o caráter transversal do tema. Ressaltou-se a importância de ouvir os territórios e incorporar relatos concretos dos impactos da crise climática, como perdas de safras por secas e enchentes em diferentes biomas. Reafirmou-se o papel do GT como articulador das discussões climáticas no âmbito do Consea, evitando sobreposição com as Comissões Permanentes. Lívio Claudino, da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), foi definido como coordenador provisório.

50. O GT Conflito de Interesses (Col) se reuniu para definir sua ementa, objetivos e produtos para o próximo ciclo de trabalho. A coordenação do GT ficou sob responsabilidade da conselheira Laís Amaral do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), ficando Glenn Makuta, do Slow Food Brasil, como vice. O grupo realizou reapresentação dos integrantes e concluiu a revisão do documento-base da ementa, mantendo seu escopo anterior, com pequenos ajustes e a inclusão de parágrafo sobre avanços do ciclo passado, especialmente relacionados às eleições do Consea. Com base na ementa, foram estabelecidos prioridades e prazos, entre elas: organização de uma coletânea de materiais já existentes sobre o tema; elaboração e posterior apresentação à plenária de uma proposta de resolução sobre prevenção de conflitos de interesses no âmbito do Consea, com previsão para agosto de 2026; e articulação para inserção do tema na agenda da plenária, em conjunto com a participação do Consea em oficina do GT Col da Caisan sobre adesão da participação privada no Sisan. Também foi destacada a participação do GT até o final do ano nesse processo junto à Caisan e a previsão de realização de atividades formativas sobre conflitos de interesses para conselheiras e conselheiros, com a intenção de promover ao menos duas ações desse tipo até o término do mandato. Foi destacado ainda que a definição do prazo para agosto está vinculada ao interesse da Caisan em formalizar os resultados do GT no próximo ano. Assim, esse período foi considerado estratégico para que o Consea já tenha elaborado seu posicionamento, contribuído com o processo e possibilitado a implementação posterior das recomendações.
51. O GT Internacional concentrou a discussão nos objetivos de atuação para o próximo período. Não foi possível concluir a ementa na reunião presencial, ficando acordada a realização de uma reunião virtual para sua finalização. Também foram eleitas as coordenadoras do GT, ficando Sílvia Zimmermann, da Rede PENSSAN, como coordenadora e Kota Mulanji, da Fonsanpotma, como vice-coordenadora. Nos debates, houve ajustes nos objetivos, com a incorporação explícita das referências à soberania e segurança alimentar e nutricional, ao Direito Humano à Alimentação Adequada e à estabilidade, além da ampliação da abordagem sobre incidência política. Retirou-se a diferenciação entre tipos de cooperação, adotando-se uma formulação mais ampla sobre cooperação internacional. Foram ainda apontadas questões a aprofundar na redação final da ementa, como a inclusão do tema dos sistemas alimentares e a qualificação desses sistemas a partir de perspectivas como a antirracista. Como encaminhamento, definiu-se a convocação de reunião virtual para concluir a ementa e consolidar os textos.

XI. Deliberações - Recomendações

52. A plenária analisou 06 recomendações. Iniciou-se pela recomendação sobre inclusão sanitária e RDC 49/2013, elaborada em conjunto pelas CPs 2, 3 e 7. A recomendação, dirigida à Anvisa, trata do risco de revogação da RDC nº 49/2013. Destacou-se que o texto propõe a manutenção e o aprimoramento da norma, bem como a paralisação da Consulta Pública nº 1.249/2024 e a retomada de processos regulatórios com participação efetiva de povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar. A recomendação também prevê a revisão das boas práticas regulatórias, conforme a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e o fortalecimento do Programa para Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária (Praissan), com capacitação das equipes de vigilância sanitária e reconhecimento dos saberes tradicionais. Ressaltou-se ainda que o documento é fundamentado em marcos legais e políticas públicas, contendo considerandos sobre os impactos da exclusão sanitária. A Presidenta abriu a palavra para esclarecimentos e ajustes ao texto. Em seguida, submeteu a recomendação à apreciação pela plenária, e não havendo manifestações contrárias ou abstenções, declarou a recomendação aprovada.
53. Apresentou-se a recomendação referente ao PL nº 4.501/2020, ao Senado Federal, destacando que o texto está alinhado ao decreto recente do Governo Federal sobre o ambiente escolar e que se encontra em tramitação no Senado, com parecer favorável em comissões. Informou-se que a proposta busca fortalecer a tramitação do PL, com a ressalva de que seja mantido seu escopo original, incluindo o ensino médio, retirado na versão atualmente em análise. A recomendação solicita prioridade e urgência na apreciação da matéria pelas comissões competentes e defende a regulamentação da comercialização e da publicidade de alimentos ultraprocessados nas instituições de ensino públicas e privadas. Ressaltou-se que a iniciativa se fundamenta em evidências científicas e no arcabouço legal vigente, incluindo o Decreto nº 1.821/2023, e enfatizou a necessidade de que o processo legislativo priorize o interesse público, a saúde coletiva e a segurança alimentar e nutricional, protegendo-se de interesses comerciais. A Presidenta abriu a palavra para esclarecimentos e ajustes ao texto. Em seguida, submeteu a recomendação à apreciação pela plenária, e não havendo manifestações contrárias, declarou a recomendação aprovada.
54. A recomendação da CP3 trata do Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia (PNPIAF), direcionada ao MDA e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O texto destaca que o programa possui recursos expressivos, mas apresenta barreiras de acesso para a agricultura familiar e iniciativas agroecológicas. A recomendação enfatiza a importância de ampliar a participação social, fortalecer a produção familiar e agroecológica, promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e apoiar a adaptação produtiva frente às mudanças climáticas. A CP3 solicita: i) cumprimento do Decreto nº 12.287/2024, garantindo a destinação anual dos recursos previstos no Fundo Setorial do Agronegócio (CTAgro) ao PNPIAF; ii) inclusão do MDA no comitê gestor do fundo; iii) incorporação do PNPIAF à Estratégia Nacional de CT&I (ENCTI) 2024-2034; iv) participação permanente do Consea no monitoramento e controle social do programa. A plenária debateu citar projetos específicos do CTAgro, mas decidiu-se manter o texto original por não haver tempo para análise dos projetos, o que poderia

fragilizar a recomendação. Também foi sugerido explicitar a inclusão de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) em todas as ações relacionadas à agricultura familiar. A recomendação foi aprovada sem objeções.

55. A Presidenta solicitou que divulguem a consulta pública da ENCTI, que se encerra em 20/12. Embora não haja tempo para uma mobilização coletiva estruturada, os conselheiros podem contribuir individualmente, sugerindo a busca por termos relacionados à segurança alimentar e nutricional, nutrição e alimentação, a fim de qualificar as contribuições, considerando o volume expressivo de recursos envolvidos e a importância de sua adequada destinação.
56. A CP3 apresentou recomendação ao FNDE visando aprimorar a prestação de contas, o monitoramento e a execução das diretrizes do PNAE. O texto propõe concluir a transição para o sistema BB Ágil, garantindo obrigatoriedade de registro das compras no mesmo exercício fiscal e integração com o Sistema de Gestão de Conselhos (Sigecon), permitindo acesso pleno dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) às informações para controle social. Solicita também o retorno dos relatórios anuais de gestão e dos pareceres conclusivos das contas. A recomendação inclui ajustes na Plataforma Antonieta de Barros para disponibilizar dados em tempo real sobre execução financeira, compras da agricultura familiar e limites de processados e ultraprocessados. Propõe-se o cruzamento de bases do FNDE com o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e o CadÚnico para avaliar o perfil dos agricultores atendidos e assegurar prioridade para assentados, povos indígenas, quilombolas e mulheres. Também se recomenda reajuste de 14% no orçamento do PNAE para 2026, preservando o poder de compra de 2023, e criação de regra permanente de reajuste anual dos valores per capita com base no IPCA de alimentação. Por fim, solicita-se a publicação, ainda em 2025, da resolução do PNAE sobre chamadas públicas específicas para PCTs, já aprovada pelo Comitê Gestor. Ocorreram ajustes no texto e a plenária foi consultada se estava devidamente informada e, em seguida, a proposta foi submetida à votação. Solicitou-se manifestação de discordância ou abstenção, e, não havendo objeções, a recomendação foi declarada aprovada.
57. A CP5 apresentou a recomendação, dirigida ao Ministério da Educação (MEC), sobre alimentação escolar nos Institutos Federais, explicando que ela surgiu de debates anteriores do Consea sobre a ausência de cozinhas e estruturas de alimentação nos Institutos Federais. Ressaltou-se o papel da alimentação escolar na promoção da segurança alimentar e nutricional e como elemento pedagógico, além da relevância dos Institutos Federais em municípios do interior, onde a insegurança alimentar é mais presente. Informou-se que, embora alguns Institutos ofereçam refeições com recursos próprios, eles não estão integrados ao PNAE, e defendeu que todas as unidades atuais e futuras sejam incluídas no Programa, garantindo alimentação a estudantes do ensino médio, técnico e superior tecnológico. Questionou-se se todos já dispunham de alimentação escolar e se a recomendação se aplicaria apenas a parte deles. Explicou-se que alguns institutos oferecem refeições com recursos próprios, mas não são atendidos pelo PNAE, o que compromete seus orçamentos regulares e gera desigualdades, sobretudo em unidades do Norte, Nordeste e interior do país, que atendem majoritariamente populações em situação de vulnerabilidade. Sugeriu-se ajustar a redação para tornar mais explícito o objetivo, de universalização do acesso dos institutos federais a orçamento para oferta de

refeições, proposta que foi aceita. Após esclarecimentos, a Presidenta submeteu a matéria à plenária, sendo a recomendação aprovada, com as alterações sugeridas.

58. A recomendação ao Ministério da Gestão e Inovação (MGI) propõe fortalecer o controle social e a prevenção de irregularidades na plataforma Contrata Mais Brasil, voltada às compras da agricultura familiar. A CP4 avaliou que a plataforma tem potencial de ampliar transparência, mas necessita instrumentos mais robustos para assegurar integridade, rastreabilidade e participação social. O texto recomenda a criação de uma ouvidoria própria, com canal específico para denúncias, reclamações e sugestões, garantindo ampla divulgação e respostas tempestivas. Também se propõe diálogo permanente com colegiados territoriais, conselhos de SAN e demais instâncias sociais para avaliação contínua da plataforma. Sugere-se ainda a realização de visitas técnicas às unidades produtivas dos fornecedores, a fim de verificar capacidade produtiva, prevenir atuação de atravessadores e assegurar autenticidade da produção. Durante o debate, foi incluída a ampliação do escopo para contemplar empreendimentos de economia solidária, especialmente formados por mulheres negras periféricas, e a integração da plataforma com o sistema de compras da agricultura familiar da Caisan. Em seguida, submeteu a recomendação à apreciação da plenária, que a aprovou sem manifestações contrárias ou abstenções.

XII. Deliberações – Nota de Repúdio

59. A CP4 propôs uma Nota de Repúdio ao Projeto de Lei nº 2162/2023, chamado PL da Dosimetria, aprovado na madrugada de 10 de dezembro de 2025 no plenário da Câmara dos Deputados. A proposta foi discutida e ajustada na Plenária. A Nota ressalta que é uma manifestação da Sociedade Civil do Consea, destacando o vínculo do Conselho com a defesa da democracia e da segurança alimentar e nutricional, com garantia de direitos para toda a população. A Presidenta submeteu a Nota de Repúdio à aprovação da plenária não foram apresentadas objeções, sendo considerada aprovada (Anexo B-I).
60. A Plenária propôs a elaboração de uma nota pública de repúdio ao alto índice de feminicídio no Brasil, ressaltando a importância do Consea no tema das mulheres discutido na plenária. A Presidenta solicitou o encaminhamento de uma minuta para formalizar a proposta, concordando que a medida é pertinente (Anexo B-II).

XIII. Deliberações - Calendário

61. A Secretária-Executiva do Consea, Marília Mendonça Leão, apresentou a proposta do calendário para 2026, baseada em estudos junto com a Mesa Diretiva. São previstas 06 plenárias ordinárias, quatro presenciais e duas remotas, alinhadas a conferências, encontros nacionais, agendas internacionais, Copa do Mundo e disponibilidade orçamentária. A primeira plenária está prevista para 10 e 11 de março, presencial, e a segunda para 16 de abril, remota. Outras plenárias estão distribuídas ao longo do ano, com pausa em julho devido à Copa do Mundo. A plenária aprovou o calendário (Anexo C).

XIV. Informes

62. A Presidenta Elisabetta informou sobre a comunicação do Consea. Destacou a contratação de uma jornalista, Maria Alice, por meio de bolsa de trabalho da Secretaria Extraordinária, que criou o perfil “Vozes do Consea” no Instagram (@vozdoconselho). O objetivo é ampliar a visibilidade do Conselho, engajar o público

e fortalecer a comunicação sobre SAN no país. A Presidenta explicou que o perfil “Vozes do Consea” não será oficial do Conselho nem das redes do governo, mas terá caráter representativo do coletivo presidido pela Presidenta. O perfil terá autonomia, dentro das regras de comunicação da SECOM/PR, e divulgará o trabalho das organizações que compõem o Consea, a atuação de municípios e estados, informações sobre o Sisan, a estrutura participativa do Conselho e conteúdos educativos sobre segurança e soberania alimentar e nutricional. As(os) conselheiras(os) são convidadas(os) a seguir, replicar e contribuir com o perfil.

63. A Presidenta informou que no atual mandato 2025-2027, 04 (quatro) organizações que compõem o Consea fizeram alterações nas indicações de seus conselheiros(as), passando a configurar atualmente com a seguinte representação para vagas de titular e suplente, nesta ordem: (i) Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY [Delmiro José Carvalho Freitas e Edilson Gomes da Silva]; (ii) Associação Brasileira de Nutrição – ASBRAN [Shirley Silva Diogo e Juliana Pinheiro Cantanhede]; (iii) Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG [Melissa Gabrieli da Silva Vieira e Maria José Morais Costa]; e (iv) Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas - FIAN Brasil [Mariza Rios e Adelar Cupsinski].
64. Um pouco antes de encerrar, Natália Gebrim Doria, da SECF/MDS e da Caisan, informou que, atendendo a uma recomendação do Consea, foi aprovado em 04 de janeiro o Grupo de Trabalho (GT) de Cultura Alimentar da Caisan. O GT, coordenado pelo Ministério da Cultura, terá o objetivo de elaborar o Marco de Referência da Cultura Alimentar para Políticas Públicas. O Consea participará como convidado permanente, com Juliana Casemiro atuando como consultora. A primeira reunião está prevista para janeiro de 2026.

XV. Encerramento

65. A Presidenta encerrou a reunião Plenária agradecendo a participação de todos, destacando o encerramento de um quarto do mandato do Consea e o trabalho realizado nos últimos seis meses.

XVI. Aprovação da Ata

A presente ata foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) na 1ª Reunião Plenária Ordinária, ocorrida em 10 e 11 de março de 2026. Encerrada a reunião, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

MARÍLIA MENDONÇA LEÃO

Secretária-Executiva

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

ANEXO A – PAUTA APROVADA PARA A 4ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO MANDATO 2025-2027

4ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – Mandato 2025-2027

DATA: 09 e 10 de dezembro de 2025.

LOCAL: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto

Dia 09/12/2025 – 4ª Reunião Plenária Ordinária

1. 09h - 9h10: Abertura e Boas-Vindas

- Elisabetta Recine, Presidenta do Consea
- Guilherme Boulos, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretário Geral do Consea
- Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

2. 09h10 – 9h15: Aprovação da pauta da reunião

3. 9h15-9h30: Aprovação da Ata da 3ª Reunião Plenária Ordinária do Consea e da Ata da 1ª Reunião Plenária Extraordinária

4. 9h30 - 10h00: Cuidado e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

- I. Diretrizes de gênero frente aos documentos do CSA e da FIAN, Colômbia, Paola Romero, FIAN -Colômbia
- II. Conclusões sobre as plenárias das mulheres no Encontro Global Nyéléni pela Soberania Alimentar realizado em setembro de 2025 no Sri Lanka – Sarah Luiza, Marcha Mundial das Mulheres

5. 10h00 às 10h30: Diálogo com a Plenária

6. 10h30 às 11h30: Políticas Públicas para Mulheres

- I. Síntese do resultado das Conferências para mulheres e relação com a SAN, Eutália Barbosa Rodrigues Neves, Secretária-Executiva do Ministério das Mulheres
- II. Política e Plano Nacional de Cuidados, Laís Wendel Abramo, Secretária Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)
- III. Resultados da agenda de combate à fome por recorte de raça/gênero, Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial, Rachel Barros de Oliveira
- IV. Políticas indigenistas, segurança alimentar e nutricional e recorte de gênero, Giovana Cruz, Secretária Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas, MPI

- V. Políticas de gênero na Agricultura Familiar, Fernanda Machiaveli, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

7. 11h30 – 12h00: Diálogo com a Plenária

8. 12h00 – 14h00: Almoço

9. 14h00 – 14h30: Apresentação do Livro e Vídeo “Mulheres que Alimentam”

10. 14h30-16h30: Brasil após a saída do Mapa da Fome: daqui para onde vamos?

- I. Análise de conjuntura – Paulo Petersen, enviado especial da COP30 e coordenador-executivo da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia
- II. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, Alexandre Valadares, Diretor de Vigilância do SISAN da Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)
- III. Protocolo Brasil sem Fome – Valéria Burity, Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (MDS)

11. 16:30h-17h00 Diálogo com a Plenária

12. 17h00 – 17h30: Orientações para as atividades das CPs, CPCE e Grupos de Trabalho.

13. 17h30 -19h00: Reunião dos Grupos de Trabalho

Dia 10/12/2025 – 4ª Reunião Plenária Ordinária

1. 8h30 – 12h30 Reunião das CPs e CPCE

2. 12h30 – 14h00: Almoço

3. 14:00-15:30: Relato das CPs e CPCE

4. 15:30-16:30 Deliberações da Plenária

- Aprovação do calendário 2026 do Consea

5. 16:30-17:00 Informes

- I. Encontro 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional + 2
- II. 53ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial
- III. Participação do Consea na COP30

6. 17:00 Encerramento

ANEXO B – NOTAS DE REPÚDIO DA SOCIEDADE CIVIL DO CONSEA

Anexo B-I – Nota Pública de Repúdio ao PL da Dosimetria

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) defende não haver segurança alimentar e nutricional para a população brasileira sem Democracia. A garantia do direito humano à alimentação adequada depende de instituições fortes, processos decisórios legítimos e da plena vigência do Estado Democrático de Direito. Tentativas de golpe, ataques às instituições e iniciativas legislativas que reduzam a responsabilização de crimes contra a Democracia comprometem diretamente as políticas públicas que garantem o direito humano à alimentação, o funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e a participação social, pilares indispensáveis para enfrentar a fome e promover a justiça social.

A sociedade civil que compõe o Consea **manifesta seu profundo repúdio ao Projeto de Lei nº2162/2023, chamado PL da Dosimetria, aprovado na madrugada de 10 de dezembro de 2025 no plenário da Câmara dos Deputados**. A proposta, ao impedir a soma das penas para crimes gravíssimos como tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, constitui um sério retrocesso na proteção das instituições e fragiliza o compromisso do país com a responsabilização de ataques contra a democracia.

Alterar a forma de cálculo das penas justamente após as condenações de envolvidos nos atos golpistas iniciados em 2022 e que culminaram em 8 de janeiro de 2023 envia ao país a mensagem de que investidas antidemocráticas são toleradas e eventualmente punidas de forma branda, o que é inaceitável para qualquer nação que preza pelo Estado de Direito.

A sociedade civil do Consea condena, veementemente, as ações violentas e intimidadoras que ocorreram contra parlamentares nesta mesma noite quando ocorreu a aprovação do PL da Dosimetria durante as discussões do projeto na Câmara dos Deputados. A violência - física, verbal ou institucional - jamais pode ser utilizada como instrumento de pressão política. O Parlamento deve ser um espaço seguro para o debate democrático, e qualquer tentativa de constrangimento, agressão ou ameaça contra parlamentares constitui ataque direto à soberania popular que eles legitimamente representam.

Reafirma-se, portanto, a necessidade de respeito absoluto às regras democráticas, da independência entre os Poderes e ao exercício livre e seguro do mandato parlamentar. O Brasil só avança quando rejeita tanto os retrocessos legais quanto as práticas violentas que buscam intimidar e silenciar representantes eleitos.

Diante disso, **a sociedade civil que compõe o Consea conclama o Senado Federal a rejeitar o PL da Dosimetria**, restaurando a dignidade do processo legislativo e reafirmando o compromisso do país com a democracia, condição imprescindível para a construção de um Brasil sem fome e com direitos garantidos para toda a população.

Assinam esta nota conselheiras e conselheiros da sociedade civil do
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

Aprovada em 10 de dezembro de 2025 - Dia Internacional dos Direitos Humanos

Anexo B–II – Nota de Repúdio da Sociedade Civil do Consea - Violência letal e institucional contra as Mulheres no Brasil

A sociedade civil do **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)**, órgão de Estado responsável por assessorar o governo federal na formulação, monitoramento e avaliação das políticas de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), **reafirma seu compromisso histórico com a defesa da vida, da dignidade e dos direitos das mulheres**. Reunido em sua **4ª Plenária Ordinária**, realizada nos dias 09 e 10, no Palácio do Planalto, o colegiado dedicou parte central de sua agenda ao papel fundamental das mulheres enquanto **sujeitos políticos, produtoras de saberes, guardiãs da biodiversidade, trabalhadoras, cuidadoras e geradoras de vida** - pilares sem os quais não há soberania e segurança alimentar e nutricional possíveis.

O Brasil vive um momento decisivo para a afirmação dos direitos humanos e, em especial, dos direitos das mulheres. Em meio ao agravamento das múltiplas formas de violência, o país assiste à persistência de um cenário que ameaça vidas, corrói a democracia e impõe barreiras estruturais à construção de um futuro justo. Em face dessa realidade e diante da nossa missão de zelar pelo DHAA, elevamos nossa voz para reafirmar um princípio inegociável: **não há soberania alimentar, não há dignidade e não há vida possível enquanto mulheres continuarem sendo desrespeitadas, violentadas, perseguidas e mortas no Brasil**.

Enfatizamos que nenhuma política pública de alimentação, nutrição, saúde ou desenvolvimento pode se sustentar enquanto persistirem, no país, índices alarmantes e crescentes de violência contra as mulheres. A violência estrutural que as afeta compromete sua autonomia, sua segurança material e emocional, seu acesso à renda e sua garantia plena de direitos - entre eles, o DHAA. Por isso, a defesa das mulheres é **parte indissociável da defesa da vida e do combate à fome**.

É diante desse cenário que enquanto representantes da sociedade civil **nos somamos às inúmeras manifestações de profundo repúdio ao agravamento da violência letal e institucional contra as mulheres no Brasil**, evidenciado pelos dados de 2024 e reiterado pelas projeções e registros parciais de 2025. Em 2024, 3.700 mulheres foram mortas de forma violenta, das quais 1.492 perderam a vida em razão de serem mulheres. Em 2025, infelizmente, os primeiros levantamentos nacionais apontam para a manutenção e, em alguns estados, o crescimento da violência letal, das tentativas de feminicídio, das ameaças, da perseguição (*stalking*), da violência psicológica e das agressões em contexto doméstico, institucional e profissional. Tais dados escancaram que a violência de gênero não se trata de um fenômeno episódico, mas de uma estrutura que organiza desigualdades, hierarquiza vidas e produz morte, violação e insegurança cotidiana.

É inaceitável que, no Brasil, mulheres sigam sendo assassinadas majoritariamente dentro de suas próprias casas (mais de 60% dos casos), por companheiros ou ex-companheiros (quase 80%), com o uso de armas brancas e armas de fogo, em dinâmicas que revelam brutalidade, ódio e naturalização da violência. Trata-se de crimes que se repetem em um padrão perverso que ano após ano recai, sobretudo, sobre mulheres negras (mais de 63% das vítimas), jovens, periféricas, que enfrentam múltiplas camadas de vulnerabilidade social.

Denunciamos também as falhas persistentes nos processos de tipificação, investigação e registro policial, que comprometem a resposta do Estado e invisibilizam dimensões essenciais da violência de gênero no país. A ausência de dados sobre identidade de gênero das vítimas impede, até hoje, o reconhecimento de mulheres trans como vítimas de feminicídio, perpetuando exclusões e negando direitos básicos a quem enfrenta um dos níveis mais brutais de violência no Brasil.

Ainda que decisões judiciais recentes apontem avanços no reconhecimento de feminicídios motivados por ódio de gênero contra mulheres trans, o marco legal permanece restritivo, biologizante e desconectado dos debates contemporâneos sobre gênero, diversidade e direitos humanos. Esta limitação é incompatível com um Estado democrático, plural e comprometido com a dignidade humana.










Não há como aceitar, a violência de gênero é também uma violência estrutural que atinge a autonomia, a saúde, a segurança alimentar e nutricional e o direito à vida digna das mulheres. Mulheres inseguras, violentadas ou ameaçadas não têm garantidos sequer os direitos mais elementares, o que compromete o próprio pacto social e civilizatório do país.

Assinam esta nota conselheiras e conselheiros da sociedade civil do
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

Aprovada em 10 de dezembro de 2025 - Dia Internacional dos Direitos Humanos

ANEXO C – CALENDÁRIO CONSEA 2026

- 1ª Plenária Ordinária, 10 e 11 de março, presencial;
- 2ª Plenária Ordinária, 16 de abril, remota;
- 3ª Plenária Ordinária, 05 e 06 de maio, presencial;
- 4ª Plenária Ordinária, 04 e 05 de agosto, presencial;
- 5ª Plenária Ordinária, 22 de setembro, remota;
- 6ª Plenária Ordinária, 24 e 25 de novembro, presencial.

CALENDÁRIO CONSEA 2026																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Janeiro</th> </tr> <tr> <th>Seg</th> <th>Ter</th> <th>Qua</th> <th>Qui</th> <th>Sex</th> <th>Sáb</th> <th>Dom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>5</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> <td>9</td> <td>10</td> <td>11</td> </tr> <tr> <td>12</td> <td>13</td> <td>14</td> <td>15</td> <td>16</td> <td>17</td> <td>18</td> </tr> <tr> <td>19</td> <td>20</td> <td>21</td> <td>22</td> <td>23</td> <td>24</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>26</td> <td>27</td> <td>28</td> <td>29</td> <td>30</td> <td>31</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Janeiro							Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31								
Janeiro																																																														
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom																																																								
			1	2	3	4																																																								
5	6	7	8	9	10	11																																																								
12	13	14	15	16	17	18																																																								
19	20	21	22	23	24	25																																																								
26	27	28	29	30	31																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Fevereiro</th> </tr> <tr> <th>Seg</th> <th>Ter</th> <th>Qua</th> <th>Qui</th> <th>Sex</th> <th>Sáb</th> <th>Dom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>9</td> <td>10</td> <td>11</td> <td>12</td> <td>13</td> <td>14</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>16</td> <td>17</td> <td>18</td> <td>19</td> <td>20</td> <td>21</td> <td>22</td> </tr> <tr> <td>23</td> <td>24</td> <td>25</td> <td>26</td> <td>27</td> <td>28</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Fevereiro							Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom							1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28								
Fevereiro																																																														
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom																																																								
						1																																																								
2	3	4	5	6	7	8																																																								
9	10	11	12	13	14	15																																																								
16	17	18	19	20	21	22																																																								
23	24	25	26	27	28																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Março</th> </tr> <tr> <th>Seg</th> <th>Ter</th> <th>Qua</th> <th>Qui</th> <th>Sex</th> <th>Sáb</th> <th>Dom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>9</td> <td>10</td> <td>11</td> <td>12</td> <td>13</td> <td>14</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>16</td> <td>17</td> <td>18</td> <td>19</td> <td>20</td> <td>21</td> <td>22</td> </tr> <tr> <td>23</td> <td>24</td> <td>25</td> <td>26</td> <td>27</td> <td>28</td> <td>29</td> </tr> <tr> <td>30</td> <td>31</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Março							Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom							1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31					
Março																																																														
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom																																																								
						1																																																								
2	3	4	5	6	7	8																																																								
9	10	11	12	13	14	15																																																								
16	17	18	19	20	21	22																																																								
23	24	25	26	27	28	29																																																								
30	31																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Abril</th> </tr> <tr> <th>Seg</th> <th>Ter</th> <th>Qua</th> <th>Qui</th> <th>Sex</th> <th>Sáb</th> <th>Dom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> <td>9</td> <td>10</td> <td>11</td> <td>12</td> </tr> <tr> <td>13</td> <td>14</td> <td>15</td> <td>16</td> <td>17</td> <td>18</td> <td>19</td> </tr> <tr> <td>20</td> <td>21</td> <td>22</td> <td>23</td> <td>24</td> <td>25</td> <td>26</td> </tr> <tr> <td>27</td> <td>28</td> <td>29</td> <td>30</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Abril							Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
Abril																																																														
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom																																																								
		1	2	3	4	5																																																								
6	7	8	9	10	11	12																																																								
13	14	15	16	17	18	19																																																								
20	21	22	23	24	25	26																																																								
27	28	29	30																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Maio</th> </tr> <tr> <th>Seg</th> <th>Ter</th> <th>Qua</th> <th>Qui</th> <th>Sex</th> <th>Sáb</th> <th>Dom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> <td>9</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>11</td> <td>12</td> <td>13</td> <td>14</td> <td>15</td> <td>16</td> <td>17</td> </tr> <tr> <td>18</td> <td>19</td> <td>20</td> <td>21</td> <td>22</td> <td>23</td> <td>24</td> </tr> <tr> <td>25</td> <td>26</td> <td>27</td> <td>28</td> <td>29</td> <td>30</td> <td>31</td> </tr> </tbody> </table>							Maio							Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31							
Maio																																																														
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom																																																								
				1	2	3																																																								
4	5	6	7	8	9	10																																																								
11	12	13	14	15	16	17																																																								
18	19	20	21	22	23	24																																																								
25	26	27	28	29	30	31																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Junho</th> </tr> <tr> <th>Seg</th> <th>Ter</th> <th>Qua</th> <th>Qui</th> <th>Sex</th> <th>Sáb</th> <th>Dom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> <td>7</td> </tr> <tr> <td>8</td> <td>9</td> <td>10</td> <td>11</td> <td>12</td> <td>13</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td>15</td> <td>16</td> <td>17</td> <td>18</td> <td>19</td> <td>20</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td>22</td> <td>23</td> <td>24</td> <td>25</td> <td>26</td> <td>27</td> <td>28</td> </tr> <tr> <td>29</td> <td>30</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Junho							Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30												
Junho																																																														
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom																																																								
1	2	3	4	5	6	7																																																								
8	9	10	11	12	13	14																																																								
15	16	17	18	19	20	21																																																								
22	23	24	25	26	27	28																																																								
29	30																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Julho</th> </tr> <tr> <th>Seg</th> <th>Ter</th> <th>Qua</th> <th>Qui</th> <th>Sex</th> <th>Sáb</th> <th>Dom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> <td>9</td> <td>10</td> <td>11</td> <td>12</td> </tr> <tr> <td>13</td> <td>14</td> <td>15</td> <td>16</td> <td>17</td> <td>18</td> <td>19</td> </tr> <tr> <td>20</td> <td>21</td> <td>22</td> <td>23</td> <td>24</td> <td>25</td> <td>26</td> </tr> <tr> <td>27</td> <td>28</td> <td>29</td> <td>30</td> <td>31</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Julho							Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31									
Julho																																																														
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom																																																								
		1	2	3	4	5																																																								
6	7	8	9	10	11	12																																																								
13	14	15	16	17	18	19																																																								
20	21	22	23	24	25	26																																																								
27	28	29	30	31																																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Agosto</th> </tr> <tr> <th>Seg</th> <th>Ter</th> <th>Qua</th> <th>Qui</th> <th>Sex</th> <th>Sáb</th> <th>Dom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>10</td> <td>11</td> <td>12</td> <td>13</td> <td>14</td> <td>15</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>17</td> <td>18</td> <td>19</td> <td>20</td> <td>21</td> <td>22</td> <td>23</td> </tr> <tr> <td>24</td> <td>25</td> <td>26</td> <td>27</td> <td>28</td> <td>29</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td>31</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Agosto							Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31						
Agosto																																																														
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom																																																								
					1	2																																																								
3	4	5	6	7	8	9																																																								
10	11	12	13	14	15	16																																																								
17	18	19	20	21	22	23																																																								
24	25	26	27	28	29	30																																																								
31																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Setembro</th> </tr> <tr> <th>Seg</th> <th>Ter</th> <th>Qua</th> <th>Qui</th> <th>Sex</th> <th>Sáb</th> <th>Dom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>7</td> <td>8</td> <td>9</td> <td>10</td> <td>11</td> <td>12</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>14</td> <td>15</td> <td>16</td> <td>17</td> <td>18</td> <td>19</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>21</td> <td>22</td> <td>23</td> <td>24</td> <td>25</td> <td>26</td> <td>27</td> </tr> <tr> <td>28</td> <td>29</td> <td>30</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Setembro							Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30											
Setembro																																																														
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom																																																								
	1	2	3	4	5	6																																																								
7	8	9	10	11	12	13																																																								
14	15	16	17	18	19	20																																																								
21	22	23	24	25	26	27																																																								
28	29	30																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Outubro</th> </tr> <tr> <th>Seg</th> <th>Ter</th> <th>Qua</th> <th>Qui</th> <th>Sex</th> <th>Sáb</th> <th>Dom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>5</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> <td>9</td> <td>10</td> <td>11</td> </tr> <tr> <td>12</td> <td>13</td> <td>14</td> <td>15</td> <td>16</td> <td>17</td> <td>18</td> </tr> <tr> <td>19</td> <td>20</td> <td>21</td> <td>22</td> <td>23</td> <td>24</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>26</td> <td>27</td> <td>28</td> <td>29</td> <td>30</td> <td>31</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Outubro							Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31								
Outubro																																																														
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom																																																								
			1	2	3	4																																																								
5	6	7	8	9	10	11																																																								
12	13	14	15	16	17	18																																																								
19	20	21	22	23	24	25																																																								
26	27	28	29	30	31																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Novembro</th> </tr> <tr> <th>Seg</th> <th>Ter</th> <th>Qua</th> <th>Qui</th> <th>Sex</th> <th>Sáb</th> <th>Dom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>9</td> <td>10</td> <td>11</td> <td>12</td> <td>13</td> <td>14</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>16</td> <td>17</td> <td>18</td> <td>19</td> <td>20</td> <td>21</td> <td>22</td> </tr> <tr> <td>23</td> <td>24</td> <td>25</td> <td>26</td> <td>27</td> <td>28</td> <td>29</td> </tr> <tr> <td>30</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Novembro							Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom							1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30						
Novembro																																																														
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom																																																								
						1																																																								
2	3	4	5	6	7	8																																																								
9	10	11	12	13	14	15																																																								
16	17	18	19	20	21	22																																																								
23	24	25	26	27	28	29																																																								
30																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Dezembro</th> </tr> <tr> <th>Seg</th> <th>Ter</th> <th>Qua</th> <th>Qui</th> <th>Sex</th> <th>Sáb</th> <th>Dom</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>7</td> <td>8</td> <td>9</td> <td>10</td> <td>11</td> <td>12</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>14</td> <td>15</td> <td>16</td> <td>17</td> <td>18</td> <td>19</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>21</td> <td>22</td> <td>23</td> <td>24</td> <td>25</td> <td>26</td> <td>27</td> </tr> <tr> <td>28</td> <td>29</td> <td>30</td> <td>31</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>							Dezembro							Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31										
Dezembro																																																														
Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom																																																								
	1	2	3	4	5	6																																																								
7	8	9	10	11	12	13																																																								
14	15	16	17	18	19	20																																																								
21	22	23	24	25	26	27																																																								
28	29	30	31																																																											
LEGENDA																																																														
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 25%; text-align: center;">  INTERCONSEAS  FERIADO </td> <td style="width: 25%; text-align: center;">  REUNIÃO PRESENCIAL  MESA DIRETIVA </td> <td style="width: 25%; text-align: center;">  PLENÁRIA REMOTA  MESA DIRETIVA REMOTA </td> <td style="width: 25%; text-align: center;">  ENCONTRO +2  COPA DO MUNDO </td> </tr> </table>							 INTERCONSEAS  FERIADO	 REUNIÃO PRESENCIAL  MESA DIRETIVA	 PLENÁRIA REMOTA  MESA DIRETIVA REMOTA	 ENCONTRO +2  COPA DO MUNDO																																																				
 INTERCONSEAS  FERIADO	 REUNIÃO PRESENCIAL  MESA DIRETIVA	 PLENÁRIA REMOTA  MESA DIRETIVA REMOTA	 ENCONTRO +2  COPA DO MUNDO																																																											